

O Chile e as Demandas de Modernização do Exército Durante a Transição Democrática

Chile and the search for modernization of its Army during the transition to democracy

Resumo: O propósito deste trabalho é analisar as demandas por modernização e reestruturação militar que conduziram ao processo de transformação do Exército do Chile desencadeado no começo do século XXI. Apresenta uma breve discussão sobre mudanças em instituições militares, buscando identificar os fatores ou condições que impulsionam esses processos de mudanças, e avaliar em que medida as autoridades políticas exercem o controle sobre essas mudanças. A seguir, analisa o caso do Exército do Chile na década de 1990, segundo os aspectos: conjuntura política internacional, conjuntura política nacional, contenciosos e tensões militares no entorno chileno, percepção das capacidades militares adversas, percepção das capacidades militares próprias e cultura estratégica chilena. Finalmente, apresenta as linhas gerais do plano de modernização do Exército do Chile de 1994. Conclui que o processo de modernização do Exército do Chile durante a transição democrática surgiu de dentro da própria instituição armada a partir de sua cúpula, e foi motivado, principalmente, por razões de prestígio interno e internacional.

Palavras-chave: Modernização Militar. Inovação Militar. Transformação Militar. Exército Chileno. Redemocratização no Chile.

Abstract: This study aims to analyze the demands for military modernization and restructuring that led to the transformation of the Chilean Army at the beginning of the 21st century. We briefly discuss changes in military institutions, trying to identify factors or conditions that drive these change processes, and to assess to what extent political authorities exercise control over these changes. We also analyze the case of the Chilean Army in the 1990s, according to the following aspects: international political conjuncture, domestic political conjuncture, disputes and military tensions in the Chilean environment, perception of adverse military capabilities, perception of the very Chilean military capabilities, and the Chilean strategic culture. Finally, we outline the 1994 plan to modernize the Chilean Army. Our conclusion is that the process of modernization of the Chilean Army in the transition to democracy emerged within the armed institution, coming from the very top level, and it was mainly motivated by international and domestic prestige.

Keywords: Military Modernization. Military Innovation. Military Transformation. Chilean Army. Redemocratization in Chile.

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
velozopedrosa@yahoo.com.br

Recebido: 19 mar. 2019

Aprovado: 07 nov. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução¹

A década de 1990 foi um período de transição na história do Chile. Após 17 anos de uma ditadura militar rigorosa, o país iniciava o processo de transição para normalidade democrática. No dia 11 de março de 1990, o general Augusto Pinochet passou a Presidência da República a Patricio Aylwin. Entretanto, valendo-se do atributo de inamovibilidade dos comandantes-em-chefe das Forças Armadas, que havia sido estabelecido na Constituição de 1980 (CHILE, 1980, art. 93),² o ex-ditador permaneceu no cargo de Comandante-em-Chefe do Exército por um período de oito anos após a entrega do poder (CAVALLO, 1998). Durante este período de transição, Pinochet conservou considerável poder político (IZURIETA FERRER, 2015) e desafiou as iniciativas do governo no sentido de punir excessos cometidos durante o regime militar, bem como protegeu militares e funcionários civis envolvidos em casos de violações aos Direitos Humanos. Apesar das constantes confrontações políticas, o presidente Patricio Aylwin e seu sucessor, Eduardo Frei, foram capazes de lidar com o velho general, logrando evitar rupturas legais (CAVALLO, 1998).

Pinochet entregou finalmente o comando do Exército do Chile no dia 10 de março de 1998, ao término do quarto ano de mandato do Presidente Eduardo Frei. Encerrava-se então o ciclo de transição à democracia no Chile. Apesar das feridas deixadas pela ditadura militar, a classe política fora capaz de conduzir uma transição pactuada, mantendo a estabilidade e os fundamentos econômicos que garantiriam o futuro do país (CAVALLO, 1998).

Mas após 25 anos sob o comando do general Pinochet, o Exército sentia que havia ficado para trás em relação às demais forças armadas do país, que, não estando tão comprometidas politicamente com a sustentação do governo militar, haviam sido capazes de se modernizar, adquirindo novos equipamentos e alcançando elevados padrões profissionais (IZURIETA FERRER, 2015; LE DANTEC GALLARDO, 2015).

O propósito deste trabalho é analisar as demandas por modernização e reestruturação militar que conduziram ao que ficou conhecido como o processo de transformação do Exército do Chile desencadeado no começo do século XXI. A primeira seção apresentará uma breve discussão teórica sobre mudanças em instituições militares. Nessa seção, buscar-se-á identificar os fatores ou condições que impulsionam esses processos de mudanças, e avaliar em que medida as autoridades políticas são capazes de exercer o controle sobre essas mudanças. A segunda seção analisará o caso concreto do Exército do Chile, buscando identificar as demandas por modernização naquela

1 Este trabalho é um resultado parcial da pesquisa conduzida pelo autor no âmbito do Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ), sob a orientação do Prof. Dr. Alexander Zhebit, entre março de 2014 e março de 2018. O autor deseja expressar sua gratidão ao general-de-divisão Roberto Arancibia Clavel, pelo apoio e orientação que lhe foram prestados durante a pesquisa realizada no Chile. Na condição de doutor em História, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército do Chile e professor da Academia de Guerra do Exército, o general Arancibia proporcionou ao autor uma ampla visão sobre as peculiaridades do regime militar chileno e o processo de transição democrática, indicou-lhe bibliografia sobre estes temas e sobre a modernização do Exército do Chile, e facilitou-lhe o contato e a realização de entrevistas com diversas antigas autoridades militares chilenas, bem como o acesso aos arquivos do Departamento Cultural, Histórico e de Extensão do Exército e à Biblioteca Central do Exército. O autor também manifesta seu agradecimento aos militares inativos e do serviço ativo do Exército do Chile que lhe concederam entrevistas durante a sua pesquisa: em Santiago, o general-de-exército (R) Óscar Izurieta Ferrer; o general-de-divisão (R) Christian Le Dantec Gallardo; e o *brigadier* (R) Jaime García Covarrubias; no Rio de Janeiro, o tenente-coronel Álvaro Enrique Salazar Jara, instrutor chileno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2017).

2 A Constituição elaborada pelo governo militar foi aprovada, em plebiscito realizado em 1980 (TAGLE D., 1995, p. 8).

instituição na década de 1990, durante o processo de redemocratização que se seguiu ao fim do governo Pinochet. A terceira seção apresentará as linhas gerais do projeto de modernização do Exército do Chile publicado em 1994, com o nome de Plano Alcazar. Finalmente, serão apresentadas as conclusões da pesquisa que deu origem a este trabalho.

2 Mudanças de instituições militares

As instituições militares tendem a serem conservadoras. Isso decorre, em grande medida, da índole conservadora dos militares (HUNTINGTON, 1996), e resulta do exercício da profissão e da educação militar. A guerra é a mais arriscada das atividades humanas. A conduta da guerra e a preparação das forças militares não são, portanto, atividades que admitam decisões precipitadas e experimentos levianos. Os riscos extremos envolvidos na atividade militar moldam e reforçam a postura conservadora dos militares, pois, embora a guerra seja uma experiência eventual para a maioria das forças armadas, a educação militar e a instrução da tropa enfatizam permanentemente a realidade assustadora dos conflitos armados. Como corolário, a educação da oficialidade e o treinamento da tropa incentivam a reprodução de comportamentos e práticas militares consagradas (PEDROSA, 2012).

O conservadorismo das instituições armadas também decorre de seu caráter burocrático e do fato de que as organizações burocráticas são avessas às mudanças. Como observa Stephen Rosen, grandes organizações burocráticas não são apenas difíceis de mudar, mas elas são “desenhadas para não mudar”. E as burocracias militares são particularmente resistentes às mudanças (ROSEN, 1991, p. 2, tradução nossa).

Não obstante seu caráter conservador, o fato é que as instituições militares mudam. Essas mudanças e inovações militares são inevitáveis, em função, não apenas do desenvolvimento tecnológico que ocorre no setor civil e afeta a atividade militar (MURRAY, 1998, p. 301), mas também de mudanças políticas e culturais que ocorrem nas sociedades (FARRELL; TERRIFF, 2002).

2.1 Origens das mudanças em instituições militares

Desde meados do século XX, historiadores ingleses e norte-americanos têm publicado trabalhos sobre mudanças em instituições militares. Esses trabalhos têm apontado distintas fontes ou motivações para essas mudanças. Theo Farrell e Terry Terriff identificam três fontes básicas das mudanças militares: normas culturais, panorama político e estratégico e mudanças tecnológicas (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 6). As normas culturais produzem persistentes padrões de comportamento, tornando-se institucionalizadas nas regras e rotinas da comunidade, e impostas por meio de fortes sanções. Embora as normas culturais sejam de natureza conservadora, elas podem dar lugar a mudanças nas instituições armadas, seja quando a mudança do quadro político e estratégico parece não mais se ajustar às normas culturais vigentes, exigindo mudanças que permitam à instituição ajustar-se à nova realidade, seja em decorrência de mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo. Farrell e Terriff identificam dois tipos de mudança cultural: a mudança planejada e a decorrente de um choque externo. Mudanças culturais planejadas decorrem do surgimento de novas crenças a respeito de identidade e de comportamento adequado. Choques externos profun-

dos no sistema cultural local, por sua vez, podem abalar as normas de legitimidade vigentes e os padrões de comportamento a elas associados (FARRELL; TERRIFF, 2002).

A causa mais óbvia das mudanças em instituições militares são as mudanças no quadro político-estratégico, particularmente o surgimento de novas ameaças militares ou mudanças na postura estratégica das ameaças existentes (FARRELL; TERRIFF, 2002). Novas tecnologias criadas pelas indústrias de equipamentos de defesa ou decorrentes do uso militar de desenvolvimentos tecnológicos de origem civil também podem provocar profundas mudanças nas instituições militares, como demonstra o impacto do transporte ferroviário, motorizado e aéreo na condução das guerras e nas forças armadas.

Emily O. Goldman (2002), por sua vez, entende que uma via primária para mudanças em organizações militares é a difusão de inovações originadas em um Estado para outros, e identifica duas fontes principais de motivações para a difusão de inovações militares: a competição, oriunda da percepção de ameaças no ambiente internacional, e a busca por legitimidade dentro de um sistema social. Sua análise sugere que pressões competitivas no campo da segurança internacional influenciam a conscientização da necessidade de mudanças nas instituições militares, mas que são as considerações normativas – como a obtenção de legitimidade interna e externa – que determinam a extensão e a adesão às mudanças, particularmente quando se trata de emulação a partir de modelos estrangeiros. Goldman também constata que os Estados têm a tendência de promoverem mudanças militares a partir da imitação de inovações implantadas em países de maior capacidade militar e engenhosidade, naquilo que se caracteriza como uma forma de “isomorfismo institucional”. As instituições armadas se copiam porque é a maneira mais fácil de adotar as melhores práticas militares demonstradas nas grandes guerras do período, mas também em busca da legitimidade que lhes pode ser conferida pela emulação de práticas e aspectos formais de forças militares exitosas.

De acordo com esta perspectiva, as organizações mudam a fim de obter legitimidade, e o isomorfismo garante legitimidade às organizações. O sucesso e sobrevivência das organizações dependem, em parte, da sua capacidade de se conformarem e de serem legitimadas pelas instituições do seu ambiente. Emular práticas consagradas é uma demonstração de responsabilidade, e evita que a organização seja vista como negligente. O sucesso de organizações burocráticas institucionalizadas depende da confiança e da estabilidade oferecidas pelo isomorfismo (MEYER; ROWAN, 1977). Deve-se, neste ponto, observar que este é, precisamente, o caso de mudanças em forças armadas em tempo de paz, quando seu êxito só pode ser avaliado a partir da conformidade com normas institucionais e doutrinárias.

2.2 Controle político dos processos de mudanças em instituições militares

No que diz respeito ao nível de controle exercido pelas autoridades políticas sobre os processos de mudanças em instituições militares, é possível identificar três modelos de interpretação. O primeiro deles, proposto por Barry Posen (1984), entende que, em função de suas características de grandes organizações burocráticas, as instituições militares estão entre as mais difíceis de serem controladas pelas autoridades políticas. “Elas são paroquiais, fechadas, grandes, dotadas de muitos recursos, e dominam uma tecnologia peculiar e enigmática” (POSEN, 1984, p. 39, tradução nossa). Em função dessas características, as forças armadas seriam avessas às inovações doutrinárias

e propensas a preservar certo grau de autonomia em relação às autoridades civis. De acordo com o modelo de Posen, a inovação militar dependeria de uma intervenção das autoridades civis a fim de romper a inércia dos militares profissionais. Este modelo proposto por Posen ficou conhecido como o “modelo externo de inovação militar” (NAGL, 2005, p. 3-4).

O segundo modelo de interpretação da inovação de instituições militares foi proposto por Stephen Rosen (1991). De acordo com Rosen, não seria necessário que as instituições sofressem derrotas militares ou que fossem submetidas à intervenção de autoridades civis para produzirem inovações militares. Segundo esse entendimento, que ficou conhecido como “modelo interno de inovação militar” (NAGL, 2005, p. 3-4), é muito difícil ao comando civil impor um processo de inovação militar, em função da especialização e complexidade da atividade militar. Os civis teriam mais impacto se fossem capazes de criar uma estratégia que reforçasse a ação dos oficiais mais graduados que já detinham o poder “legítimo” nas forças armadas.

Posteriormente, a partir das concepções propostas por Posen e Rosen, outros acadêmicos desenvolveram um modelo integrado de mudança doutrinária. Barry Watts e William Murray (1998), adeptos dessa perspectiva integrada, entendem que as inovações militares em tempo de paz seriam inevitavelmente não lineares, contingenciais e marcadas pela casualidade. Por essa razão, preferiram evitar generalizações teóricas em torno de explicações para os processos de inovação militar. Em vez disso, optaram por concentrar-se em um objetivo mais modesto e factível, que foi o de identificar as ações específicas que haviam sido adotadas por oficiais e funcionários civis de alto nível para facilitar a inovação em suas instituições militares. Em relação ao alcance da intervenção de autoridades civis para induzir inovação nas instituições militares, ambos entendem que seria muito pouco provável que um “punhado de visionários”, por mais dedicados e loquazes que fossem, teriam alguma chance de forçar a instituição a aceitar novas doutrinas sem a aquiescência ou colaboração da sua burocracia (WATTS; MURRAY, 1998, p. 409, tradução nossa).

3 Demandas por modernização no Exército do Chile na década de 1990

A análise das origens das demandas por modernização do Exército do Chile durante a década de 1990 será procedida segundo aspectos considerados condicionantes para a modernização de instituições militares: conjuntura política internacional, conjuntura política nacional, contenciosos e tensões militares no entorno chileno, percepção das capacidades militares adversas, percepção das capacidades militares próprias e cultura estratégica chilena.

3.1 Conjuntura política internacional

No plano internacional, a redemocratização chilena coincidia com o fim da Guerra Fria e com a onda de redemocratização que punha fim aos governos militares que haviam dominado a cena política Sul-Americana na década de 1970. O fim dos governos militares trouxe o arrefecimento das tensões no Cone Sul. Em 1984, foi assinado o Tratado de Paz e Amizade Argentina-Chile (CHILE, 1985), a partir do qual se abrandaram as tensões geopolíticas entre os dois países após quase haverem ido à guerra em 1978. Em meados da década de 1980, o Brasil e a Argentina

iniciaram o processo de aproximação que resultaria na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, incluindo o Paraguai e o Uruguai (CERVO; BUENO, 2010).

A redemocratização rompia o isolamento internacional ao qual o Chile havia sido submetido durante a ditadura militar, como reação da comunidade internacional às violações dos Direitos Humanos perpetradas naquele país. O fim do isolamento permitiria aos governos da *Concertación*³ colocar em prática, no plano do comércio internacional, o modelo econômico liberal implantado pelo regime militar sob a inspiração dos *Chicago Boys* – grupo de acadêmicos chilenos formados segundo os princípios da *Escola de Chicago* (SOTO; SÁNCHEZ, 2015). Durante os governos da *Concertación*, o Chile firmou uma série de tratados de livre comércio com países das Américas e outras regiões, tornando-se um dos países de economia mais livre do mundo (ECONOMIC..., 2019).

No plano regional, as décadas de 1990 e 2000 trouxeram, para o Chile, melhores relações com os países vizinhos, particularmente com a Argentina, com a qual foram resolvidos todos os contenciosos de fronteira. Em relação ao Peru e à Bolívia, ambos os países ainda apresentavam demandas decorrentes das conquistas territoriais chilenas na Guerra do Pacífico (1879-1883). O Peru manteve demandas referentes ao traçado do limite marítimo com o Chile e apelou à Corte Internacional de Justiça em 2008 por uma solução. Em janeiro de 2014 aquela Corte deu sentença favorável ao Peru em relação ao limite marítimo (INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, 2014). Entretanto, ambos os países ainda mantêm um diferendo em relação a um minúsculo triângulo terrestre na linha costeira, cujos lados têm cerca de 300 metros ou menos, mas cuja posse provoca tensões nas relações entre ambos os países, e faz pequena diferença na linha do limite marítimo estabelecido pela sentença de 2014. A Bolívia, por sua vez, rompeu as relações diplomáticas com o Chile em 1978 e, desde então os dois países mantêm apenas relações consulares.

3.2 Conjuntura política nacional

A transição política chilena foi um período politicamente muito delicado. Derrotado na consulta popular de 1988, Pinochet, seguindo a Constituição por ele mesmo decretada em 1980, convocou eleições em 1989. Naquele pleito, foi eleito o candidato da *Concertación*, Patricio Aylwin. Uma das primeiras providências tomadas pelo Presidente Aylwin após tomar posse em março de 1990 foi a criação de uma Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação. A finalidade da Comissão era “contribuir para o esclarecimento global da verdade sobre as mais graves violações aos direitos humanos cometidas” durante os anos de ditadura, “com o fim de colaborar com a reconciliação de todos os chilenos e sem prejuízo dos procedimentos judiciais a que possam dar lugar tais fatos” (CHILE, 1990b, tradução nossa). O tema era extremamente delicado e sensível para os militares e para o general Pinochet em particular, mas o Presidente Aylwin foi muito cauteloso ao escolher os membros da comissão. Um dos cuidados foi o de que a Comissão não fosse integrada por políticos da oposição ao regime militar ou pessoas ligadas à resistência armada de esquerda. Para a presidência da Comissão, foi escolhido o advogado Raúl Rettig – um velho jurista

3 Coalizão de partidos políticos de esquerda, centro-esquerda e centro que se opunham ao governo militar no Chile e se uniram para derrotar a proposta continuísta do governo militar no plebiscito de 1988. A *Concertación* venceu as quatro primeiras eleições presidenciais chilenas após o fim da ditadura militar, governando o país por 20 anos.

e antigo parlamentar, que se havia oposto ao governo militar, mas cuja conduta era irrepreensível (CAVALLO, 1998, p. 22-23).

Pinochet protestou contra a Comissão, e as Forças Armadas demonstraram inconformidade com o andamento de seus trabalhos. Mas, em fevereiro de 1991, a Comissão apresentou seu relatório final, que ficaria conhecido como o *Informe Rettig* (CHILE, 1996). Este Informe apontou um total de 2.298 casos de violação dos Direitos Humanos, sendo 1.151 mortos por ação do Estado, 979 presos desaparecidos e 168 mortos vítimas de violência política praticada por particulares, sem ligação com o aparelho do Estado. O Informe também propôs a criação de um órgão para prosseguir as investigações sobre centenas de outros casos sobre os quais não foi capaz de formar convicção. O relatório final dos trabalhos desse órgão – a Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação – foi apresentado em dezembro de 1996, agregando mais 899 vítimas de violações de direitos humanos, sendo 776 mortos e 123 desaparecidos (CAVALLO, 1998, p. 90-91).⁴

A legislação imposta pela ditadura para a transição incluía um amplo aparato autoritário, destinado a tutelar o governo civil e a proteger os membros do aparelho repressivo do regime militar. Os “enclaves autoritários” (ESCALONA MEDINA, 2012, p. 255) incluía as seguintes ferramentas de tutela militar: nove senadores designados por Pinochet, todos de perfil conservador, sendo quatro ex-comandantes das Forças Armadas e dos *Carabineros*;⁵ super-representação militar no Conselho de Segurança Nacional, que era integrado pelos comandantes-em-chefe das três Forças Armadas e pelo general diretor dos *Carabineros*; inamovibilidade dos comandantes-em-chefe das Forças Armadas e do general diretor dos *Carabineros*; o artigo 7º da nova Lei Orgânica das Forças Armadas (CHILE, 1990a), aprovada poucos dias antes da entrega do governo aos civis, era ambígua no tocante à autoridade do Presidente da República para nomear, promover e passar oficiais para a reserva, pois deixava a decisão do Presidente subordinada às propostas apresentadas pelos comandantes-em-chefe das forças militares (CAVALLO, 1998).

Desde o início de seu governo, o Presidente Aylwin esteve determinado a promover a anistia dos presos políticos do regime militar. A questão era complexa porque entre os presos havia muitos condenados por assassinatos e atos de terrorismo. Havia mesmo uma questão pessoal envolvendo o Comandante-em-Chefe do Exército. Entre os presos políticos estavam diversos que haviam participado de um atentado contra a vida de Pinochet no dia 7 de setembro de 1986. O ditador saíra incólume, mas cinco de seus seguranças haviam sido mortos. Ao longo da transição, entretanto, a anistia aos presos políticos acabou sendo usada pelos militares como moeda de troca para a obtenção de anistia aos militares que haviam violado os Direitos Humanos (CAVALLO, 1998).

As manobras protelatórias não evitaram, entretanto que medidas judiciais fossem tomadas nos casos mais gritantes de violências cometidas pelo regime militar. Em 1995, já no governo do Presidente Eduardo Frei, foram condenados à prisão os principais responsáveis pelo assassinato do ex-ministro Orlando Letelier em um atentado a bomba cometido por agentes da DINA⁶ em Washin-

4 Cito o resumo apresentado por Ascanio Cavallo, mas os dados completos estão nos três volumes do *Informe Rettig*.

5 Força policial militarizada, que exerce o papel de força de segurança em todo o país e executa o policiamento ostensivo nas cidades e nas rodovias. Os *Carabineros* são considerados uma quarta força armada no Chile.

6 *Dirección de Inteligencia Nacional*. Órgão do governo chileno encarregado da repressão aos movimentos armados de esquerda após o golpe militar de 1973.

gton em 1976 – o general Manuel Contreras, antigo chefe da DINA, e seu principal assessor, o *brigadier*⁷ Pedro Espinoza (CAVALLO, 1998). Estas condenações representaram o início do fim da impunidade nos casos de violações dos Direitos Humanos no Chile (ESCALONA MEDINA, 2012).

A tendência de responsabilização por violações aos Direitos Humanos no Chile atingiu seu ápice quando o general Pinochet foi preso em outubro de 1998 pelo governo britânico em Londres, aonde havia ido para se submeter a uma cirurgia. A detenção de Pinochet havia sido solicitada por um juiz da Audiência Nacional da Espanha, atribuindo ao ex-ditador os crimes de genocídio, terrorismo e tortura, todos imprescritíveis, segundo a lei espanhola e a jurisprudência internacional (AUTO..., 2013). O velho ditador foi, afinal, autorizado pelo governo britânico a regressar ao Chile em março de 2000, em função de sua precária condição de saúde. Ao seu regresso, Pinochet teve cassada sua prerrogativa de foro, e foi forçado a renunciar a seu mandato de senador, sendo submetido a juízo pelas autoridades judiciais chilenas (ESCALONA MEDINA, 2012). Embora nunca tenha sido condenado, Augusto Pinochet teve sua reputação seriamente manchada durante as investigações, nas quais se descobriram depósitos milionários em seu nome em contas bancárias em paraísos fiscais (CASO RIGGS..., 2015).

No plano puramente administrativo, desde o início do governo Aylwin, o general Pinochet obstou sua subordinação ao Ministro da Defesa Patricio Rojas. Pinochet evitava despachar assuntos do Exército com o Ministro, buscando tratar diretamente com o Presidente. Os encontros entre o Comandante-em-Chefe e o Ministro eram sempre tensos, e muitas vezes terminavam em discussões aos gritos (CAVALLO, 1998, p. 14, 23, 25, 77, 127, 163, 166).

Os desafios militares ao governo civil durante o período de transição democrática não se limitaram a questões políticas e de Direitos Humanos, mas também envolveram a vida familiar do general Pinochet. Em agosto de 1990, as novas autoridades do governo Aylwin encontraram, nos arquivos do Banco do Estado, cópias de três cheques que envolviam o segundo filho do general Pinochet, Augusto Pinochet Hiriart, em um caso de favorecimento, na venda de uma pequena indústria metalúrgica semifalida ao Exército do Chile pelo valor de três milhões de dólares. O caso foi publicado pelos jornais de Santiago, deixando o velho general em situação delicadíssima, em face dos benefícios concedidos pelo Exército a seu filho (CAVALLO, 1998). Diante do escândalo financeiro envolvendo o Exército e o filho do ex-ditador, o Congresso instalou uma comissão de inquérito para esclarecer o caso e atribuir responsabilidades pelas perdas causadas aos cofres públicos.

A investigação em andamento no Congresso para apurar o caso dos *pinocheques*, como ficou conhecido, causaram enorme tensão entre o Exército e o governo. No início, Pinochet chegou a aventar internamente a possibilidade de se demitir do cargo de Comandante-em-Chefe, mas diante do prosseguimento das investigações e da falta de apoio do governo, determinou a colocação das tropas do Exército em prontidão nos seus quartéis na noite de 19 de dezembro de 1990, em uma clara ameaça ao governo e ao Congresso. O porta-voz do Exército alegou que tudo não passava de um “exercício de segurança, aprestamento e enlace”, mas a ameaça funcionou, e o relatório final da comissão de inquérito descartou a existência de infrações penais (CAVALLO, 1998, p. 80).

7 Grau hierárquico honorífico do Exército do Chile, situado entre os postos de coronel e general-de-brigada.

O caso dos *pinocheques* voltaria às manchetes em maio de 1993, quando o Conselho de Defesa do Estado decidiu remeter o caso à justiça criminal. Mais uma vez, Pinochet reagiu usando o Exército. Em 28 de maio, tropas militares movimentavam-se no interior do País e na capital, trajando uniformes de combate, num evento que ficaria conhecido como o *boinazo*, por causa das boinas pretas usadas pelos soldados colocados ostensivamente de prontidão em frente ao Edifício das Forças Armadas, a poucos passos do Palácio La Moneda, sede do governo. Em junho, o juiz encarregado do caso dos *pinocheques* declarou-se incompetente para julgá-lo e o transferiu para outra instância, numa manobra protelatória. O caso dos *pinocheques* acabou sendo encerrado em 1995, quando o Conselho de Defesa do Estado o arquivou definitivamente a pedido do Presidente Frei, a fim de evitar retrocessos e preservar o estado de direito (CAVALLO, 1998).

A despeito dos desafios lançados pelo general Pinochet aos governos do período de transição, correspondente aos anos em que permaneceu como Comandante-em-Chefe do Exército após haver entregado a presidência da república, os Presidentes Aylwin e Frei foram muito habilidosos no sentido de não ceder tanto que se vissem desmoralizados em sua autoridade civil, mas de tampouco levar as confrontações a um ponto de ruptura, que poderia significar um retrocesso inaceitável pelo País e pela a comunidade internacional (ESCALONA MEDINA, 2012).

Apesar dos passados abusos durante o governo militar, os governos da *Concertación* preferiram não adotar uma postura de confrontação em relação às Forças Armadas, seja submetendo os chefes militares a juízo, seja reduzindo drasticamente os efetivos e os orçamentos militares, como aconteceu na Argentina. A maneira escolhida pelas autoridades civis chilenas para afastar os militares da política foi a profissionalização das Forças Armadas (IZURIETA FERRER, 2015), adotando uma abordagem similar à que Samuel Huntington (1996, p. 113) chamou de controle civil objetivo. Para isso, deram apoio político e econômico a um programa de modernização do Exército, proposto pelo próprio general Pinochet durante os anos de transição. As autoridades políticas estavam dispostas a apoiar qualquer iniciativa no sentido da profissionalização das Forças Armadas (LE DANTEC GALLARDO, 2015).

De acordo com o que relata o general Óscar Izurieta Ferrer⁸ (2015), inicialmente, as autoridades políticas da *Concertación* vislumbravam aderir ao modelo de modernização militar adotado na Espanha após a redemocratização. Esta proposta era apoiada por muitos antigos opositores do Regime Militar que haviam estado exilados na Europa e que, durante o período de transição, ocupavam cargos políticos no novo governo e cátedras nas principais universidades do País. Os militares, por sua vez, sabiam que o modelo existente precisava ser substituído e reconheciam as qualidades do novo modelo militar espanhol. Mas também levavam em conta que, se por um lado as Forças Armadas espanholas se haviam ajustado e submetido ao controle político das autoridades civis, por outro, haviam sido beneficiadas com o ingresso da Espanha na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que implicava em compromisso internacional com sua capacitação militar. Na ausência de condições semelhantes, a oficialidade do Exército do Chile temia que a emulação do modelo espanhol não seria tarefa fácil, e que a simples adoção de um modelo estrangeiro seria inadequado à realidade chilena e às suas necessidades de defesa. Era necessário, portanto,

8 Comandante-em-Chefe do Exército do Chile durante a primeira administração da Presidente Michelle Bachelet (2006-2010).

um ajustamento entre a preferência das autoridades civis pelo modelo espanhol e a proposta dos militares por um novo modelo militar concebido no Chile (IZURIETA FERRER, 2015).

Para a negociação desse ajustamento, teve papel fundamental uma nova geração de jovens oficiais superiores – majores e tenentes-coronéis – que, nos anos finais do governo Pinochet, haviam ido, de iniciativa própria, às universidades, em busca de maior capacitação acadêmica. Segundo Izurieta Ferrer (2015), cerca de 15 a 20 oficiais foram fazer cursos de pós-graduação nas universidades chilenas, em pleno governo militar e em um ambiente de forte oposição ao regime. De acordo com o mesmo relato, embora esses oficiais tenham sido mal compreendidos pelos generais e por seus próprios camaradas – que os viam como “desafetos do governo militar” –, eles foram bem recebidos nas universidades, a despeito das diferenças ideológicas, e contaram com o apoio de Pinochet, que determinou ao Exército financiar seus estudos. O bom desempenho acadêmico desse grupo de oficiais e os contatos estabelecidos com o meio acadêmico facilitou a busca por um modelo próprio de modernização militar.

3.3 Contenciosos e tensões militares no entorno chileno

Ao longo de sua história, o Chile tem tido graves contenciosos com todos seus vizinhos. A incorporação de grandes extensões territoriais ricas em salitre, guano e cobre, como resultado da Guerra do Pacífico (1879-1883), derivou uma permanente hostilidade dos países que foram derrotados e perderam territórios. A perda da província de Antofagasta teve consequências traumáticas para a Bolívia, que foi transformada em um país mediterrâneo. Além das questões decorrentes da Guerra do Pacífico, o Chile entreteve longos diferendos de fronteira com a Argentina. Estes contenciosos estenderam-se da fronteira de ambos com a Bolívia, à Cordilheira do Andes, à Região Patagônica e à área insular austral do Canal de Beagle (BURR, 1974).

Desde o fim da Guerra do Pacífico, o Chile tem enfrentado frequentes estados de tensão com o Peru e a Bolívia. A disputa com o Peru girou inicialmente em torno da posse dos territórios de Tacna e Arica, que haviam sido incorporados ao Chile durante a Guerra. Segundo o Tratado de Ancón (1883), a posse definitiva desses territórios seria estabelecida por um plebiscito a ser realizado no prazo de dez anos (PERU..., 1883). Esse plebiscito, entretanto, nunca se realizou. A questão foi solucionada pelo Tratado de Lima (1929), em consequência do qual Chile devolveu ao Peru a maior parte do território de Tacna, mas preservou sua franja sul e o território de Arica (PERU, 1929). A Bolívia, por sua vez, mantém, contra o Chile, uma permanente demanda por uma saída soberana ao Oceano Pacífico.

Em relação à Argentina, o Chile manteve uma série de disputas territoriais que, em algumas ocasiões estiveram a ponto de fazer estalar uma guerra. Essas tensões eram decorrentes da indefinição das fronteiras dos dois países na época da independência. O Tratado de 1881 definiu a posse dos territórios ao longo da Cordilheira dos Andes, na Patagônia e na Terra do Fogo, deixando a cargo de uma comissão com representantes de ambos os Estados a definição precisa da linha da fronteira, a partir dos critérios definidos no mesmo Tratado (RODRÍGUEZ S., 1985, p. 51-53).

O processo de demarcação da fronteira fez surgir, entretanto, fortes fricções, decorrentes das diferentes interpretações dos critérios de demarcação. O historiador chileno Enrique Brahm García (2003, p. 83, tradução nossa) registra a “situação de constante tensão que

se viveu com a Argentina entre os anos de 1896 e 1902”. Neste interregno, “a guerra entre os dois países (com a sempre possível intervenção do Peru e da Bolívia) esteve várias vezes a ponto de ser declarada” (BRAHM GARCÍA, 2003, p. 15, tradução nossa). A distensão das relações entre o Chile e a Argentina ocorreria com o laudo arbitral britânico de 1902, dirimindo as diferenças encontradas pela comissão de demarcação da fronteira na Região Austral (BRAHM GARCÍA, 2003).

As relações do Chile com o Peru voltaram a se crispar durante o governo peruano do general Juan Velasco Alvarado, em meados da década de 1970. Entre os anos de 1973 e 1975, o governo peruano fez grandes aquisições de material bélico moderno na União Soviética, no maior programa de rearmamento de sua história (EL DÍA..., 2014), que colocou as Forças Armadas Peruanas como uma das mais bem equipadas do Subcontinente. Nos momentos mais tensos das relações entre os dois países, grandes efetivos militares peruanos e seus equipamentos foram enviados ao Sul do País, para alarme do governo e das Forças Armadas chilenas (IZURIETA FERRER, 2015). Os movimentos agressivos de Velasco Alvarado enfim não se concretizaram, em função de sua deposição por um golpe militar liderado pelo general Francisco Morales Bermúdez em agosto de 1975. Tendo que lidar com uma enorme crise econômica e social, o governo de Morales Bermúdez diminuiu a pressão sobre o Chile.

Em 1978, o Chile viu-se mais uma vez diante da ameaça de uma guerra com a Argentina, devido à disputa pela posse de algumas ilhas e ilhotas no Canal de Beagle, que marcavam a fronteira marítima austral entre os dois países. A questão vinha do final do século XIX e havia sido submetida à arbitragem britânica em 1970, por acordo entre os governos do Chile e da Argentina. O laudo arbitral de 1977 foi favorável à posição chilena, mas a Argentina recusou-se a aceitá-lo (INFANTE, 1979). Na ocasião, considerando-se em vantagem militar, o governo militar argentino decidiu buscar a solução pela via armada, dando início à preparação da Operação Soberania. Ao ser desencadeada esta operação, as Forças Armadas argentinas deveriam invadir o Chile e garantir a posse das ilhas disputadas (MADRID MURÚA, 2003). O Chile entendeu que o Peru e a Bolívia não iriam perder a oportunidade de atacar o Norte do País, no caso de uma guerra com a Argentina. A situação era agravada pelo isolamento internacional do governo Pinochet, que lhe dificultava grandemente a aquisição de meios militares e o apoio político da comunidade internacional (IZURIETA FERRER, 2015). A Argentina esteve a poucas horas de desencadear a invasão do território chileno, mas a intervenção do Vaticano evitou o desastre de uma guerra. A mediação papal resultou na assinatura de um Tratado de Paz e Amizade entre Argentina e Chile em 1984. Esse tratado seria um marco na distensão das relações entre ambos os países (IZURIETA FERRER, 2015), pondo um fim às crises que quase os haviam levado à guerra em duas ocasiões em menos de cem anos.

O problema com o Peru continuou latente, mas a insurreição do Sendero Luminoso desviou todos os esforços militares peruanos para a guerra interna no começo da década de 1980. A questão com o Peru reacendeu-se durante o governo do Presidente Ricardo Lagos (2000-2006), quando o governo peruano promulgou uma lei de linhas de base reta para o limite marítimo. O Peru também questionava a posse do triângulo terrestre acima mencionado (LE DANTEC GALLARDO, 2015). A questão do limite marítimo foi solucionada pela Corte Internacional de Justiça em 2014, mas a questão do triângulo terrestre continua pendente de solução. Quanto à Bolívia, sua instabilidade política era tão grande que “deu respiro” ao Chile (IZURIETA FERRER, 2015).

3.4 Percepção das capacidades militares adversas

Na década de 1970 o Chile sentia-se seriamente ameaçado por seus vizinhos. Ao Norte, o governo do Peru deu início a um acentuado processo de fortalecimento de suas forças armadas, adquirindo modernos equipamentos militares soviéticos em um valor de aproximadamente U\$ 1,2 bilhão, segundo estimativa do governo dos Estados Unidos. No início da década de 1980, o Exército Peruano chegou a ter em seu inventário mais de 450 carros-de-combate, incluindo 300 “carros de batalha” T-55,⁹ além de dezenas de aeronaves modernas de origem soviética, como caças-bombardeiros Sukhoi SU-22 e helicópteros, artilharia antiaérea e mísseis anticarro (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1982).

O esforço peruano de rearmamento foi percebido com alarme pelo governo e as Forças Armadas chilenas, diante da grande disparidade de meios entre os dois países (IZURIETA FERRER, 2015). A fim de contrabalançar a desvantagem militar, o governo chileno fez diversas aquisições de emergência, mas sem qualquer planejamento, tendo que arcar com altos preços no mercado internacional. Em decorrência, os gastos militares Chilenos elevaram-se de 3.3% em 1973, para 5.3% do PIB no ano de 1974 e para 5.7% do PIB em 1975 (ARANCIBIA, 2007, p. 1).

A Leste, a Argentina também foi vista pelo Chile como uma ameaça militar séria. A quase guerra de 1978 mais uma vez obrigou o Chile a fazer aquisições de emergência de maneira desorganizada. Àquela altura, as violações aos Direitos Humanos cometidas pelo governo Pinochet haviam colocado o Chile em situação de isolamento internacional. Em 1974, o Congresso norte-americano havia aprovado a Emenda Kennedy, que proibia a assistência militar e a venda de armas ao Chile (KENNEDY..., 2009). A assunção do Presidente Carter nos Estados Unidos em 1977 agravaria ainda mais a situação chilena, obrigando o governo Pinochet a recorrer a intermediários ou a países que também vinham sendo acusados de violações aos Direitos Humanos, como a África do Sul, Israel e Brasil, sempre pagando preços exorbitantes, devido à falta de planejamento e à urgência das compras (IZURIETA FERRER, 2015).

A derrota argentina diante da Inglaterra na Guerra das Malvinas/Falkland (1982) mudou radicalmente este quadro. As Forças Armadas argentinas saíram da guerra desmoralizadas, e sofreram severas retaliações políticas dos governos civis que assumiram o poder após a ditadura desmoronar diante do fracasso militar. A consequência para as Forças Armadas argentinas foi a redução de efetivos, cortes orçamentários, obsolescência de material bélico e a desmoralização dos militares perante a sociedade argentina. Para o Chile, a derrota argentina na Guerra das Malvinas foi um marco no arrefecimento da tensão militar entre os dois países. Desde então a Argentina não é mais uma hipótese de guerra para o Chile (IZURIETA FERRER, 2015). A Bolívia, por sua vez, era percebida pelo Chile como uma ameaça menor, dada sua instabilidade política e a debilidade de sua economia (IZURIETA FERRER, 2015).

3.5 Percepção das capacidades militares próprias

Ao longo da década de 1970 o Chile tinha a percepção de estar em grande desvantagem militar em relação aos seus vizinhos maiores e mais ameaçadores – Peru e Argentina. Em 1973, o

⁹ “Carro de batalha” era a designação das novas gerações de carros-de-combate, surgidas durante a Guerra Fria, dotados de alta tecnologia e capazes de grande poder de fogo, proteção blindada e velocidade.

Exército do Chile contava com menos de 100 carros-de-combate em condições operacionais no seu inventário, todos de origem norte-americana. Destes, os mais modernos eram 60 carros leves M-41. Em relação à aviação, dispunha de muito poucos helicópteros, e dependia da Força Aérea para missões de transporte aéreo (GAZMURI, 1985, p. 1).

Diante das ameaças peruana e argentina da década de 1970, o Chile fez um grande esforço de reequipamento militar, embora não tenha conseguido adquirir meios militares de primeira linha, em função das limitações orçamentárias e da precária situação financeira em que o País se encontrava após o caos econômico vivido durante o governo da Unidade Popular (1970-1973). Dentre as principais aquisições no decorrer daquela década e início da seguinte, estão 47 carros-de-combate leves AMX-13 e 21 carros-de-combate AMX-30 – os únicos que poderiam ser classificados como “carros de batalha” – todos de fabricação francesa, além de 30 carros blindados de reconhecimento sobre rodas EE-9 Cascavel e 70 veículos blindados de transporte de pessoal EE-11 Urutu e Cardoen-Mowag Piranha (GAZMURI, 1985, p. 4-5).

Entretanto, o emprego do Exército para reprimir os movimentos de oposição no final do governo militar, com enormes manifestações e conflitos de rua, obrigou a instituição a retardar sua modernização e reestruturação. Mais ainda, fez com que parte significativa de suas unidades fosse transformada para adquirir capacidades anti-subversiva e de controle da ordem interna, o que foi fatal do ponto de vista profissional. Isto também teve um efeito muito negativo para a imagem da Força, pois transformou o Exército em órgão repressor contra a população (IZURIETA FERRER, 2015).

O compromisso do Exército com o governo militar não estava limitado ao campo da segurança interna, mas incluía a administração política do País. Durante o regime Pinochet, oficiais das unidades operacionais exerciam diretamente funções de administração e de governo, em detrimento da preparação militar de suas unidades. Em geral, os generais comandantes das divisões ocupavam os cargos de intendentes das Regiões administrativas do País, enquanto os coronéis comandantes dos regimentos desempenhavam simultaneamente o de governadores das Províncias (SALAZAR JARA, 2017).

Quando veio a transição para a democracia, no início da década de 1990, a percepção dos militares chilenos era de que o Exército havia ficado para trás em relação à Marinha e à Força Aérea. Estas forças haviam-se afastado do núcleo do governo militar, e, após o seu fim, não ficaram presas ao passado, como aconteceu com o Exército, que permaneceu oito anos sob o comando de Pinochet nos dois primeiros governos da *Concertación* (IZURIETA FERRER, 2015). A transição democrática encontrou um Exército que não correspondia a um país que pretendia ser moderno e democrático. Segundo o general Óscar Izurieta Ferrer (2015), Pinochet tinha clareza da inadequação do Exército como a força militar de que o Chile precisava na era democrática que se descortinava. Foi nessa fase que Pinochet lançou um projeto de modernização e reorganização do Exército.

A pouca funcionalidade organizacional do Exército do Chile ao final do regime militar pode ser avaliada a partir de sua estrutura operacional do ano de 2001, quando a Instituição começou efetivamente sua reorganização. Naquela ocasião o Exército do Chile tinha como grande unidade de combate básica a “divisão de exército” (DE) (CHILE, 2001). Uma concepção doutrinária funcional aconselharia que todas as divisões tivessem uma organização uniforme, constando de uma mescla equilibrada de unidades de combate, de apoio ao combate e logís-

ticas,¹⁰ a fim de constituírem verdadeiros sistemas de combate, facilitando seu treinamento e emprego em combate. Neste mesmo sentido, seria recomendável que as divisões de exército fossem compostas apenas por unidades operacionais e sem encargos administrativos de tempos de paz. Entretanto, cada uma das sete DE existentes no Exército do Chile tinha uma organização distinta (Quadro 1). Algumas DE não contavam com unidades de apoio ao combate ou logísticas. Outras DE estavam organizadas com unidades blindadas e de montanha simultaneamente, em um arranjo que teria muita dificuldade para operar em conjunto. Três DE tinham unidades administrativas fixas em suas estruturas organizacionais – dois arsenais e um criadouro de cavalos –, sem qualquer relação com a atividade de combate (CHILE, 2001).

Quadro 1 – Organização das grandes unidades operacionais do Exército do Chile em 2001.*

I DE	II DE	III DE	IV DE	V DE	VI DE	VII DE
RI Nr 7 Esmeralda	RI Nr 1 Buin	RI Nr 6 Chacabuco	RI Nr 12 Sangras	RI Nr 10 Pudeto	Bda Ex Nr 5 Carampangue	RI Nr 14 Aisén
RI Nr 15 Calama	RI Nr 2 Maipo	RI Nr 9 Chillán	RI Mtn Nr 8 Tucapel	RI Nr 11 Caupolicán	R Tel Nr 6 Tarapacá	RI Nr 26 Bulnes
RI Nr 23 Copiapó	RI Nr 3 Yungay	RI Nr 16 Talca	RA Nr 2 Maturana	RA Nr 7 Chorrillos	B Log Nr 6 Pisagua	RA Nr 8 San Carlos de Ancud
RA Nr 5 Antofagasta	RI Mth Nr 18 Guardia Vieja	RI Nr 17 Los Ángeles	RCB Nr 2 Cazadores	RCB Nr 5 Lanceros	RI Nr 24 Huamachuco	REng Nr 8 Chiloé
RCB Nr 8 Exploradores	RI Nr 19 Colchagua	RA Nr 3 Silva Renard	RCB Nr 3 Húsares	RCB Nr 6 Dragones	RA Nr 6 Dolores	Criadouro Militar Las Bandurias
R Eng Nr 1 Atacama	RI Nr 21 Arica	BLog Nr 3 Concepción	RCB Nr 4 Coraceros	R Eng Nr 5 Punta Arenas	RCB Nr 9 Vencedores	
R Tel Nr 1 El Loa	RI Nr 22 Lautaro	Cia Eng Independente – Los Ángeles	R Eng Nr 4 Arauco	R Tel Nr 5 Patagonia	R Eng Nr 6 Azapa	
B Log Nr 1 Tocopilla	RA Nr 1 Tacna		R Tel Nr 4 Membrillar	B Log Nr 5 Magallanes	Arsenal Mnt Mat Bel Nr 1 Arica	
	RCB Nr 10 Libertadores		B Log Nr 4 Victoria	Arsenal Mnt Mat Bel Nr 2 Punta Arenas		
	R Eng Nr 2 Puente Alto					

* Além das grandes unidades tabuladas neste quadro, o Exército do Chile também contava com uma Brigada de Aviação.

Legenda: DE (Divisão de Exército); RI (Regimento de Infantaria); RI Mth (Regimento de Infantaria de Montanha); RA (Regimento de Artilharia); RCB (Regimento de Cavalaria Blindado); R Eng (Regimento de Engenheiros); R Tel (Regimento de Telecomunicações); B Log (Batalhão Logístico); Bda (Brigada); Cia (Companhia); Mnt Mat Bel (Manutenção de Material Bélico).

Fonte: Chile (2001, p. 153-173).

10 Unidades de combate são aquelas que executam o combate aproximado – unidades de infantaria e cavalaria; unidades de apoio ao combate são as que prestam apoio de fogo, apoio ao movimento e apoio à capacidade de coordenação e controle – artilharia, engenharia e comunicações –, com a finalidade de aumentar o poder de combate das unidades de combate.

Além das questões organizacionais, o Exército do Chile também ficara para trás profissionalmente, pois estivera mais voltado para a segurança interna do que para os avanços tecnológicos que haviam ocorrido no campo militar. Também sofrera prejuízos profissionais para a preparação de seus oficiais no exterior, em função do isolamento político ao qual o Chile fora submetido no plano internacional. Poucos países aceitavam militares chilenos em suas escolas militares. Apenas países como a África do Sul, o Brasil e Israel continuaram a receber oficiais chilenos. Naquelas circunstâncias foi difícil manter-se em dia com as questões militares (LE DANTEC GALLARDO, 2015). O Exército também estava esgotado, após haver enfrentado três grandes desafios simultânea e sucessivamente (o golpe militar e a luta contra grupos armados internos, a ameaça peruana em 1974-75 e a quase guerra com a Argentina em 1978). Também estava pesadamente endividado perante o governo, devido às aquisições de emergência feitas a preços exorbitantes durante as crises com o Peru e a Argentina. Em 1976, a Junta Militar modificara a antiga “Lei do Cobre”¹¹ e destinara 10% das vendas da empresa estatal Codelco¹² às Forças Armadas (PATTILLO, 2003, p. 93), mas as compras de emergência haviam sido muito superiores ao que era proporcionado pelo cobre, e o Exército ficara com uma enorme dívida que só acabaria de ser paga em 2001 (IZURIETA FERRER, 2015).

Pinochet tinha clareza da inadequação do Exército como a força militar de que o Chile precisava na era democrática que se descortinava. Mas entendia que, se aquele não era o Exército de que o Chile necessitava, era o que ele precisava para manter o controle político sobre o País na fase de transição. Foi nessa fase que Pinochet lançou um projeto de modernização e reorganização do Exército (IZURIETA FERRER, 2015).

3.6 Cultura Estratégica Chilena

Desde o final do século XIX e ao longo do século XX, o principal traço da cultura estratégica chilena tem sido a percepção de que o Chile é “um país assediado” por todos seus vizinhos (VIAL, 1981 apud BRAHM GARCÍA, 2003, p. 47). E essa sensação de ameaça tem motivações concretas. No Norte, a Bolívia e o Peru tinham sobradas razões para buscar uma revanche pela derrota e as perdas territoriais sofridas na Guerra do Pacífico. Ao Leste, a Argentina fazia-se economicamente mais forte a cada dia e construía um aparato militar correspondente ao novo status de potência regional emergente. A posse da região Sul do Subcontinente era motivo de disputa entre ambos os países e quase os levou à guerra em 1898-1900 e 1978, com o risco de que os vizinhos do Norte aproveitassem uma guerra no Sul para atacar o Chile e recuperar territórios perdidos entre 1879 e 1883. Referindo-se ao período da virada do século XX e às crescentes tensões entre o Chile e seus vizinhos do Norte e do Leste, Robert Burr (1974, p. 244) avalia que o Chile estava sob *perigo de cerco moral e militar*.

A sensação de assédio tem, assim, moldado a percepção que a sociedade chilena e suas lideranças têm sobre a existência de adversários plausíveis, sobre as ameaças que eles representam,

11 Lei reservada Nº 13.196, de 1958, que criou um imposto sobre as operações das empresas de mineração de cobre para o financiamento exclusivo de aquisições de equipamentos militares. Diferentemente dos recursos destinados às forças armadas no orçamento do Estado, os fundos oriundos da “Lei do Cobre” vão automaticamente para as forças armadas, sem passar pelo processo regular de debate orçamentário e aprovação pelo Congresso (PATTILLO, 2003).

12 *Corporación Nacional del Cobre de Chile*.

bem como sobre a importância e valorização de suas instituições militares. As experiências de suas principais guerras do século XIX – Guerra Contra a Confederação Peru-Boliviana (1836-1839); Guerra do Pacífico (1879-1883) e Guerra Civil de 1891 – também dão aos chilenos uma visão positiva da eficácia do uso da força para a solução de graves disputas políticas (JOHNSTON, 1995).

A percepção de cerco faz o Chile perceber a ação ofensiva de uma guerra preventiva como uma forma de guerra defensiva. Neste sentido, a Guerra do Pacífico – da qual o Chile tomou a iniciativa e que resultou na conquista de amplos territórios peruanos e bolivianos – é vista como tendo sido, nas palavras de um historiador chileno no século XXI, “um reflexo defensivo por parte do Chile frente à união do Peru e Bolívia, o que ameaçou seriamente o equilíbrio de poder e os interesses nacionais chilenos” (RUBILAR LUENGO, 2016, p. 220, tradução nossa).

A própria existência da “Lei do Cobre” é um reflexo da sensação de que o Chile é um país assediado. Suas origens remontam a uma lei de 1938 que destinava uma parte das rendas obtidas com o arrendamento de áreas rurais do Estado à aquisição de material de bélico e a satisfazer as necessidades más urgentes das Forças Armadas. A “Lei do Cobre” foi, finalmente, aprovada pelo Congresso em novembro de 1958,¹³ em parte motivada por um incidente com a Argentina em torno da posse de uma ilha no Canal de Beagle (PATILLO, 2003, p. 106-107). Esta atribuição de recursos financeiros às forças militares sem necessidade de aprovação do poder legislativo demonstra a prioridade atribuída pelos chilenos à defesa nacional.

O segundo traço definidor da cultura estratégica chilena é a autoimagem do povo em relação à atividade bélica. Os chilenos tendem a se ver como um povo guerreiro, cuja proclividade marcial seria decorrente da mistura do sangue do colonizador espanhol com o dos duros e indômitos nativos mapuches,¹⁴ com os quais conviveram e travaram uma guerra secular nas distantes fronteiras da Auracania no Sul do País (BLANCPAIN, 1991). O general Emil Körner – oficial alemão contratado pelo governo chileno para iniciar o processo de profissionalização do Exército do Chile após a Guerra do Pacífico – louvava “a mescla de sangue entre varões espanhóis e mulheres índias”, dando a seus descendentes uma capacidade bélica irresistível (KÖRNER, 1988, p. 189, tradução nossa). Ainda de acordo com essa perspectiva, a luta de sobrevivência contra a natureza áspera e contra os povos originários naquelas remotas fronteiras teria gerado “poderosas influências sobre a imagem e a mentalidade da nação emergente e no modo de ser do chileno” (ARANCIBIA CLAVEL, 2002, p. 102, tradução nossa). Daquela experiência teria resultado a ideia de uma “épica guerreira”, que, embora tenha alguma base na realidade, deriva, em grande medida da ficção patriótica. O mito da raça guerreira teve, entretanto, a virtude de todos os mitos: “é uma verdade que não necessita ser demonstrada e que tampouco admite prova contrária” (ARANCIBIA CLAVEL, 2002, p. 103, tradução nossa).

4 O Projeto de Modernização do Exército do Chile

O projeto de modernização do Exército do Chile começou a ser desenhado por intermédio de uma série de conferências – ou *Clases Magistrales* – proferidas por Pinochet entre os anos

13 A “Lei do Cobre” foi reformada durante o Regime Militar, em seis oportunidades: 1973, 1975, 1976, 1981, 1985 e 1987.

14 Também são conhecidos como araucanos, nome que lhes foi dado pelos espanhóis.

de 1992 e 1994, com a intenção de apresentar sua visão de um Exército para o futuro, e de assentar as bases de um processo de modernização (IZURIETA FERRER, 2015). Em 1992, o tema da conferência foi *Ejército de Chile: Trayectoria y Futuro* (CHILE, 1992); em 1993, o tema foi *Ejército de Chile: Posibles Elementos a Considerar en su Proyección Futura* (CHILE, 1993); e em 19 de agosto de 1994, Pinochet lançou efetivamente o seu plano de modernização – o **Plano Alcázar** –, com a conferência *Modernización del Ejército: Realidad y Futuros Alcances* (CHILE, 1994b).

Na *Clase Magistral* de 1992, Pinochet analisou as mudanças pelas quais o mundo vinha passando após o fim da Guerra Fria e seu impacto sobre o Exército. Também estabeleceu que aquele momento marcava o início de um novo processo de planejamento para o futuro, e apresentou sua visão do que o Exército deveria vir a ser nas próximas décadas, fazendo uma síntese de suas orientações para o processo de modernização em que o Exército se encontrava empenhado, a fim de conformar uma força militar adequada aos tempos que viriam (CHILE, 1992, p. 5). Pinochet também alertou que a modernização militar seria um processo longo, que para ser concebido, planejado e preparado demandaria um esforço tão grande como o de executá-lo (CHILE, 1992, p. 15).

No ano seguinte, a *Clase Magistral* se propôs a aprofundar o tema da modernização do Exército, emitindo novas orientações no sentido de agilizar o processo interno de estudos iniciado em 1992 (CHILE, 1993, p. 3). Dentre outros aspectos, Pinochet destacou, no campo do ensino, o aumento da capacitação profissional dos oficiais superiores, obtido com a realização de cursos de mestrado em Ciências Militares na Academia de Guerra. Também citou o mestrado em Ciências da Engenharia Militar, ministrado na Academia Politécnica Militar – a escola de Engenharia do Exército do Chile – e os programas destinados a que oficiais do Exército obtivessem títulos acadêmicos de mestre e doutor em universidades do país e do exterior, nas áreas de sociologia, ciência política, relações internacionais, economia e administração e engenharia. No campo da instrução e do treinamento militar, destacou o início de um programa de aperfeiçoamento de comandantes de unidades táticas, usando ferramentas de simulação computadorizada, e a instalação do Centro de Treinamento Operativo-Tático (CEOTAC), baseado num sistema de simulação computacional, desenhado e construído integralmente com tecnologia nacional (CHILE, 1993, p. 5-6). O cerne da conferência esteve direcionado a apresentar uma dupla perspectiva do Exército do futuro – uma no quadro da defesa nacional e outra no quadro do desenvolvimento (CHILE, 1993).

O projeto de modernização do Exército do Chile foi finalmente consubstanciado no **Plano Alcázar**, lançado em 19 de agosto de 1994 (CHILE, 1994a), e apresentado publicamente na *Clase Magistral* daquele ano. O Plano Alcázar foi apresentado como um megaprojeto integral para o conjunto do processo de modernização do Exército, abarcando um período compreendido entre 1994 e 2010. Em razão dessa longa extensão temporal, sua execução foi visualizada para ser executada em duas grandes etapas: a primeira até 1997 e a segunda de 1998 ao ano 2010. Deve-se observar que 1998 era o ano no qual Pinochet deveria entregar o comando do Exército, afastando-se definitivamente da vida institucional. Ou seja, havia uma etapa a ser cumprida por seus sucessores no Comando da Força. E, levando em conta que Pinochet permaneceria como Comandante-em-Chefe do Exército por 25 nos, esses sucessores seriam oficiais de uma geração muito mais jovem do que o velho general, que teria de 82 anos ao afastar-se do Exército.

Tendo em vista a longa duração do plano, apenas sua primeira etapa ficou definida em termos de objetivos: 1º) Materializar realizações concretas de modernização, que eram necessárias e factíveis de executar dentro do orçamento disponível e que seriam as bases sobre as quais o plano seria assentado; 2º) Elaborar, com o tempo e a coordenação necessários, os grandes projetos e estudos que darão forma às principais transformações exigidas pela modernização institucional; 3º) Criar as melhores condições para continuar o processo na segunda etapa [...] (CHILE, 1994a, p. 2-3).

Percebe-se, de suas disposições iniciais, que o Plano Alcázar era menos um plano de ação do que o enunciado de um conjunto de intenções para o longo prazo, envolvendo apenas algumas ações imediatas, que fossem possíveis de realizar em curto prazo e dentro dos limitados orçamentos disponíveis. O principal resultado de sua primeira etapa seria a elaboração de planos e projetos para o processo de modernização a ser executado na segunda etapa, após a saída de cena de Pinochet.

Como afirma o general Óscar Izurieta Ferrer (2015, n.p.), que foi o oficial encarregado de redigi-lo “da primeira letra à última letra”, o Plano Alcázar era “mais simbólico que real”. Alguns aspectos do plano foram efetivamente implantados desde sua concepção, como mudanças na educação militar e a inclusão das mulheres na Instituição, mas, por sua conveniência política pessoal, Pinochet não desejava que a parte central do plano, ou seja, a reestruturação da Força fosse iniciada enquanto ele fosse o Comandante-em-Chefe. A efetiva reorganização do Exército do Chile só seria iniciada em 2001, na administração do general-de-exército Ricardo Izurieta,¹⁵ que sucedeu o general Pinochet como Comandante-em-Chefe do Exército do Chile no período de 11 de março de 1998 a 11 de março de 2002. O processo de reorganização do Exército foi retardado não apenas pela decisão de Pinochet de não implantar integralmente o Plano Alcázar antes de seu retiro do Exército, mas também pelas pesadas dívidas que gravavam o orçamento do Exército – decorrentes das compras de emergência da década de 1970 – e que só foram completamente pagas em 2001 (IZURIETA FERRER, 2015).

Tendo em vista que o objeto deste trabalho é a demanda por modernização do Exército do Chile, não cabe aqui examinar a efetiva execução do processo de transformação do Exército do Chile, mas apenas suas linhas gerais.

5 Conclusões

O processo de modernização do Exército do Chile foi concebido na década de 1990, durante o período de transição democrática, ainda sob o comando do general Pinochet. A implantação efetiva de seus aspectos substantivos de reorganização administrativa e reestruturação de forças só seria desencadeada no início da década seguinte. No cenário internacional, este período corresponde ao pós-Guerra Fria e a uma onda global de otimismo democrático. Na América Latina, coincide com o fim dos governos militares autoritários que haviam dominado a Região nas décadas anteriores. O novo panorama democrático regional permitiu o arrefecimento das tensões militares na América do Sul, embora o Peru e a Bolívia ainda mantivessem demandas de fronteiras contra o Chile, mas agora apelando à Corte Internacional de Justiça para a obtenção de soluções pacíficas.

15 Não se deve confundir o general Ricardo Izurieta Caffarena, com seu primo Óscar Izurieta Ferrer, que também foi Comandante-em-Chefe do Exército do Chile mais tarde, entre março de 2006 e março de 2010, e a quem este pesquisador entrevistou em outubro de 2015.

No plano interno, o Chile protagonizou um tenso processo de transição à democracia, feita de maneira pactuada, mas assombrada pela permanência do antigo ditador como Comandante-em-Chefe do Exército. Valendo-se dessa posição política e do considerável poder e prestígio que desfrutava junto a significativa parcela da sociedade chilena, Pinochet fez uso de repetidas ameaças armadas ao governo como forma de evitar ou retardar as medidas de responsabilização dos envolvidos em violações aos Direitos Humanos durante a ditadura.

Durante esses anos de transição, Pinochet foi capaz de vislumbrar as mudanças pelas quais o Chile passaria no futuro democrático que se descortinava, e as novas demandas que recairiam sobre as Forças Armadas. Assim, a despeito do uso que fez do Exército como instrumento de respaldo a seu poder pessoal remanescente, Pinochet concebeu um plano de modernização da Força, que seria inicialmente implantado em seus aspectos superficiais, mas que deveria ser aprofundado após a sua substituição no comando da Instituição.

Constata-se, pois, que o impulso de modernização do Exército do Chile surgiu no seio da instituição, havendo sido proposto por iniciativa do próprio Comandante-em-Chefe da Força. Também se verifica que o quadro político-estratégico de distensão regional não exigia mudanças inovadoras ao Exército do Chile. A principal motivação para essas mudanças era a aspiração de transformar a força de terra em uma instituição moderna e eficiente, respeitada no campo doméstico e à altura de um país que buscava uma nova inserção no plano internacional. Este caso demonstra que instituições armadas, a despeito de suas tendências conservadoras, são capazes de identificar suas fragilidades e promover mudanças e inovações.

Deve-se assinalar que a concepção do projeto de modernização do Exército do Chile não foi submetida ao controle das autoridades civis, uma vez que o momento era de completa dissociação entre o alto comando militar, representado pelo general Pinochet, e a autoridade política, na pessoa do Ministro da Defesa Patricio Rojas. Durante a efetiva implantação da modernização, após a substituição de Pinochet, as autoridades políticas dos governos da *Concertación* optaram por oferecer liberdade de ação aos militares, por entenderem a profissionalização como uma forma de afastar os militares da política, segundo o modelo de controle civil objetivo.

Em síntese, o caso chileno de modernização do Exército disparado na década de 1990 refuta o modelo teórico proposto por Barry Posen (1984), segundo o qual as forças armadas seriam avessas às inovações doutrinárias e dependeriam de uma intervenção das autoridades civis a fim de romper a inércia peculiar ao conservadorismo dos militares e impor a realização de mudanças e inovações. De forma contrária, constata-se que este caso corresponde em grande medida ao modelo descrito por Stephen Rosen (1991), no qual a liderança política civil chilena da *Concertación* valeu-se da iniciativa de modernização surgida no seio da oficialidade do Exército, bem como da legitimidade desfrutada na instituição pela liderança militar para conduzir o processo. Do ponto de vista político, a elevação dos padrões de desempenho militar do Exército permitiria à liderança política exercer o controle civil das forças armadas pela via do profissionalismo militar.

Referências

ARANCIBIA, P. Chile-Perú: una década en tensión 1970-1979. Capítulo Final: Velasco Alvarado fija el “Día D” y Morales Bermúdez lo desactiva. **La Segunda**, Santiago, 24 agosto 2007. Serie Histórica. Disponível em: <https://bit.ly/32uIkB1>. Acesso em: 8 nov. 2019.

ARANCIBIA CLAVEL, R. **La influencia del Ejército Chileno en América Latina 1900-1950**. Santiago: Centro de Estudios e Investigaciones Militares, 2002.

AUTO de detención dictado a Augusto Pinochet. Juez Baltazar Garzón Real. **Analítica.com**, Caracas, 25 sept. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/34O1naN>. Acesso em: 19 abr. 2017.

BLANCPAIN, J. P. L’armee chilienne et les instructeurs allemands en Amerique Latine (1885-1914). **Revue Historique**, Paris, t. 285, fasc. 2 (578), p. 347-394, 1991.

BRAHM GARCÍA, E. **Preparados para la guerra**: pensamiento militar chileno bajo influencia alemana 1885-1930. Santiago: Ediciones UC, 2003.

BURR, R. N. **By Reason or Force**: Chile and the balancing of power in South America 1830-1905. Berkeley: University of California Press, 1974.

CASO RIGGS: Condenan a 6 militares (r) por malversar fondos para Augusto Pinochet. **El Mercurio**, Santiago, 8 mayo 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Cswsoh>. Acesso em: 19 abr. 2017.

CAVALLO, A. **La historia oculta de la transición**. Santiago: Grijalbo, 1998.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Directorate of Operations. **Peru-USSR**: Implications of the Military Relationship. Washington, DC: CIA, Dec. 1982. Research Paper. Disponível em: <https://bit.ly/2rqSHc9>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: UnB, 2010.

CHILE. Ministerio del Interior. Decreto supremo num. 1150 por el que se aprueba la Constitución política de la República de Chile de 1980. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 21 oct. 1980.

CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. Tratado de Paz y Amistad. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, p. 3-6, 14 mayo 1985. Disponível em: <https://bit.ly/2NtKYCv>. Acesso em: 8 nov. 2019.

CHILE. Ministerio de Defensa Nacional. Ley Orgánica Constitucional de las Fuerzas Armadas. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 28 feb. 1990a. Disponível em: <https://bit.ly/2Q2uvXB>. Acesso em: 18 abr. 2017.

CHILE. Ministerio de Justicia. Subsecretaria del Interior. Decreto Supremo nº 355. Crea Comisión de Verdad y Reconciliación. **Diario Oficial de la República de Chile**, Santiago, 25 abr. 1990b. Disponível em: <https://bit.ly/2Q6getj>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CHILE. Ejército de Chile. **Ejército de Chile: trayectoria y futuro**. Santiago: Ejército de Chile, 21 ago. 1992. Arquivo do Departamento Cultural, Histórico e de Extensão do Exército. Documento D-132.

CHILE. Ejército de Chile. **Conferencia “Ejército de Chile: posibles elementos a considerar en su proyección futura”**. Santiago: Ejército de Chile, 19 ago. 1993. Arquivo do Departamento Cultural, Histórico e de Extensão do Exército. Documento D-131.

CHILE. Ejército de Chile. Estado Mayor General. Dirección de Racionalización y Desarrollo. **Exposición Sobre el Plan de Modernización del Ejército “Alcázar”**. Santiago: Ejército de Chile, 27 sept. 1994a. Arquivo do Departamento Cultural, Histórico e de Extensão do Exército. Coleção CAE, ano 1994, v. 161.

CHILE. Ejército de Chile. **Modernización del Ejército: realidad y futuros alcances**. Santiago: Ejército de Chile, ago. 1994b. Arquivo do Departamento Cultural, Histórico e de Extensão do Exército.

CHILE. Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**. Santiago: Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación, 1996. 3 tomos. Disponível em: <https://bit.ly/32sSemG>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CHILE. Ejército de Chile. **Memoria del Ejército de Chile 2001**. Santiago: Ejército de Chile, 2001.

ECONOMIC Freedom, overall index – Country rankings. **The Global Economy.com**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2qzOjqV>. Acesso em: 1 mar. 2019.

-EL DÍA que Velasco quiso invadir Chile. **El Poder.com**, Lima, 3 sept. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2CrxbGq>. Acesso em: 22 abr. 2017.

ESCALONA MEDINA, C. **De Allende a Bachelet: una vida política**. Santiago: Agilar, 2012.

FARRELL, T.; TERRIFF, T. The Sources of Military Change. *In*: FARRELL, T.; TERRIFF, T. (ed.). **The Sources of Military Change: Culture, politics, technology**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 3-20.

GAZMURI, C. Las armas chilenas 1975-1982. **Defensa y Desarme**: América Latina y Caribe, Santiago, v. I, n. 1, sept./dic. 1985. Disponível em: <https://bit.ly/2K2biSk>. Acesso em: 8 nov. 2019.

GOLDMAN, E. O. The Spread of Western Military Models to Ottoman Turkey and Meiji Japan. *In*: FARRELL, T.; TERRIFF, T. (ed.). **The Sources of Military Change**: Culture, politics, technology. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 41-67.

HUNTINGTON, S. P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

INFANTE, M. T. Controversia chileno-argentina en la región del Canal Beagle: laudo arbitral de 18 de abril de 1977. **Revista Chilena de Derecho**, Santiago, v. 6, p. 423-447, 1979. Disponível em: <https://bit.ly/2p4sbo8>. Acesso em: 8 nov. 2019.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Maritime Dispute (Peru v. Chile)**. Summary of the Judgment of 27 January 2014. The Hague: ICJ, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/36NozIf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

IZURIETA FERRER, Óscar. [Entrevista cedida a] Fernando Velôzo Gomes Pedrosa. Santiago: Academia de Guerra do Exército do Chile, 13 out. 2015.

JOHNSTON, A. I. Thinking About Strategic Culture. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 4, p. 32-64, 1995.

KENNEDY y la enmienda con la que le puso límites a la dictadura argentina. **Clarín**, Buenos Aires, 31 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/32x633g>. Acesso em: 23 abr. 2017.

KÖRNER, E. El Desarrollo Histórico del Ejército Chileno por Emil Körner, General de División Chileno (1910). *In*: QUIROGA, P.; MALDONADO, C. **El prusianismo en las Fuerzas Armadas Chilenas**: un estudio histórico 1885-1945. Santiago: Ediciones Documentas, 1988. p. 181-224.

LE DANTEC GALLARDO, Cristián. [Entrevista cedida a] Fernando Velôzo Gomes Pedrosa. Santiago: Academia de Guerra do Exército do Chile, 27 out. 2015.

MADRID MURÚA, R. La Estrategia Nacional y Militar Que Planificó Argentina, en el Marco de una Estrategia Total, Para Enfrentar el Conflicto con Chile el Año 1978. **Memorial del Ejército de Chile**. No. 471, Año 2003. p. 50-70.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal structure as myth and ceremony. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MURRAY, W. Innovation: Past and future. *In*: MURRAY, W.; MILLETT, A. R. **Military Innovation in the Interwar Period**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 300-328.

NAGL, J. A. **Learning to Eat Soup with a Knife**: Counterinsurgency lessons from Malaya and Vietnam. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

PATTILLO, G. Asignación de recursos a las fuerzas armadas en Chile: situación actual y propuesta. **Estudios Públicos**, Santiago, v. 89, p. 91-128, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2CpTvQT>. Acesso em: 8 out. 2019.

PEDROSA, F. V. G. Ideologia e ética militar no Brasil. **Coleção Meira Mattos**: revista das ciências militares, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2pKvotv>. Acesso em: 8 nov. 2019.

PERU. Congreso de la República. **Tratado de paz de ANCON**. Lima: Congreso de la República, 20 oct. 1883. Disponível em: <https://bit.ly/2X2PCL3>. Acesso em: 22 abr. 2017.

PERU. Tratado de Lima y su protocolo complementario (Lima, 03 de Junio de 1929). **Diario Oficial de Chile**, Lima, 6 agosto 1929. Disponível em: <https://bit.ly/34Gckey>. Acesso em: 22 abr. 2017.

POSEN, B. R. **The Sources of Military Doctrine**: France, Britain, and Germany between the World Wars. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

RODRÍGUEZ S., J. A. **Chile en el Canal Beagle y mares australes**: tratado de paz entre Chile y Argentina. Santiago: Gráfica Progresión, 1985.

ROSEN, S. P. **Winning the Next War**: Innovation and the modern military. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

RUBILAR LUENGO, M. La “Prusia americana”: prensa argentina e imagen internacional de Chile durante la Guerra del Pacífico (1879-1881). *In*: CHILE. Ejército de Chile. Departamento Cultural, Histórico y de Extensión. **Jornada de Historia Militar IX y X (regiones)**. Santiago: Departamento de Historia Militar del Ejército, 2016. p. 219-254.

SALAZAR JARA, Álvaro. [Entrevista cedida a] Fernando Velôzo Gomes Pedrosa. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 6 nov. 2017.

SOTO, Á.; SÁNCHEZ, F. La “Revolución de las Libertades”. A 40 años de la puesta en marcha del Plan de Recuperación Económica Chileno. *In*: SOTO, Á.; SÁNCHEZ, F. (comp.). **El “Padre” de los Chicago Boys**: Arnold Harberger. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2015. p. 21-29.

TAGLE D., M. Introducción. *In*: TAGLE D., M. (ed.). **El Plebiscito del 5 de octubre de 1988**. Santiago: Corporación Justicia y Democracia, 1995. p. 7-10.

WATTS, B.; MURRAY, W. Military Innovation in Peacetime. *In*: MURRAY, W.; MILLETT, A. R. **Military Innovation in the Interwar Period**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 369-415.